

# CADERNO DE ENCARGOS

## AJUSTE DIRETO REGIME GERAL

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE NADADOR SALVADOR PARA A PISCINA MUNICIPAL DE SINES”

PROCESSO N.º 2023/300.10.005/134

ÍNDICE

<b><i>CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS</i></b>	<b>4</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup> - Objeto	4
Cláusula 2. <sup>a</sup> - Contrato	4
Cláusula 3. <sup>a</sup> - Vigência do Contrato	5
<b><i>CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS</i></b>	<b>5</b>
<b><i>Secção I - Obrigações do Fornecedor</i></b>	<b>5</b>
<b><i>Subsecção I - Disposições Gerais</i></b>	<b>5</b>
Cláusula 4. <sup>a</sup> - Obrigações principais do fornecedor	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
Cláusula 5. <sup>a</sup> - Prazo do Fornecimento	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
Cláusula 6. <sup>a</sup> - Garantia dos bens	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
Cláusula 7. <sup>a</sup> - Seguros	6
<b><i>Subsecção II - Dever de sigilo</i></b>	<b>6</b>
Cláusula 8. <sup>a</sup> - Objeto do dever de sigilo	7
Cláusula 9. <sup>a</sup> - Prazo do dever de sigilo	7
<b><i>Secção II - Obrigações do Município de Sines</i></b>	<b>7</b>
Cláusula 10. <sup>a</sup> - Preço contractual	7
Cláusula 12. <sup>a</sup> - Preço base	8
Cláusula 13. <sup>a</sup> - Condições de pagamento	8
Cláusula 14. <sup>a</sup> - Revisão de preços	8
Cláusula 15. <sup>a</sup> - Adiantamentos	9
<b><i>CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO</i></b>	<b>9</b>
Cláusula 16. <sup>a</sup> - Penalidades Contratuais	9
Cláusula 17. <sup>a</sup> - Força maior	9
Cláusula 18. <sup>a</sup> - Resolução do contrato	11
<b><i>CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS</i></b>	<b>11</b>
Cláusula 19. <sup>a</sup> - Caução	11
Cláusula 20. <sup>a</sup> - Foro competente	11
<b><i>CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS</i></b>	<b>11</b>
Cláusula 21. <sup>a</sup> - Comunicações e notificações	12

Cláusula 22. <sup>a</sup> – Gestor do contrato .....	12
Cláusula 23. <sup>a</sup> - Contagem dos prazos.....	12
Cláusula 24. <sup>a</sup> – Legislação aplicável .....	13
<b>PARTE II – CLÁUSULAS RELATIVAS AOS ASPETOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO</b> .....	<b>13</b>
Cláusula 25. <sup>a</sup> – Especificações Técnicas .....	13

## **PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS**

### **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1.ª - Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal, a aquisição de serviços de vigilância aquática para a Piscina Municipal de Sines, nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II deste documento.

#### **Cláusula 2.ª - Contrato**

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação – Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, e aceites pelo adjudicatário nos

termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, nos casos em que a celebração implique a sua redução a escrito.

### **Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato**

1. O contrato mantém-se em vigor entre 01 de março e 31 de julho de 2023, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP está dispensada a redução dos termos da adjudicação a escrito, pelo que o contrato resulta do disposto no n.º 2 da cláusula 2.ª do Caderno de Encargos, considerando-se a data do compromisso orçamental como a data da sua entrada em vigor.

## **CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

### **Secção I - Obrigações do Fornecedor**

#### **Subsecção I - Disposições Gerais**

### **Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e nas peças do presente procedimento, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Realizar a prestação de serviços nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;
- b) Comunicar antecipadamente os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das obrigações nos termos do contrato celebrado;

c) Obrigação de cumprir todos os requisitos legais para a boa execução da prestação de serviços;

d) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviço, a sua situação jurídica e o seu registo comercial.

2.O Prestador de serviços fica ainda obrigado, nomeadamente, a fornecer todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução dos referidos serviços, nos termos do artigo 452.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O prestador de serviços deverá indicar o seu interlocutor com o Município de Sines, que deve acompanhar a execução dos trabalhos inerentes à prestação dos serviços, devendo ser disponibilizados os seus contactos telefónicos e endereço de correio eletrónico;

#### **Cláusula 5.ª - Prazo da prestação dos serviços**

O Prestador de serviços obriga-se a executar os serviços objeto deste caderno de encargos de 01 de março a 31 de julho de 2023, com todos os elementos referidos nas especificações técnicas previstas na parte II do presente caderno de encargos, e obriga-se a cumprir todos os prazos indicados na sua proposta.

#### **Cláusula 6.ª – Seguros**

É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura através de contratos de seguros dos riscos inerentes ao desenvolvimento da atividade e dos danos ou prejuízos causados pelo seu exercício.

#### **Subsecção II - Dever de sigilo**

### **Cláusula 7.ª - Objeto do dever de sigilo**

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Sines, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

### **Cláusula 8.ª – Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **Secção II - Obrigações do Município de Sines**

### **Cláusula 9.ª - Preço contractual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Sines deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2.O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Sines.

3.Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato e seguros são igualmente da conta do prestador de serviços.

#### **Cláusula 10.ª - Preço base**

1. Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de **€ 14.975,00 (catorze mil novecentos e setenta e cinco euros)**, sendo este o preço máximo que o Município de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual.

#### **Cláusula 11.ª - Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo Município de Sines, nos termos da Cláusula 10.ª, serão pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens.

3. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao fornecedor, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN.

#### **Cláusula 12.ª - Revisão de preços**



O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.

#### **Cláusula 13.ª – Adiantamentos**

No âmbito do presente fornecimento de bens não há lugar a adiantamentos.

### **CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

#### **Cláusula 14.ª – Penalidades Contratuais**

1. Nos termos do disposto no artigo 329.º do CCP, pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Sines pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, num montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) primeiro incumprimento da prestação de serviços, até 10% do preço contratual;

b) segundo incumprimento da prestação de serviços, até 10% do preço contratual;

2. Considera-se incumprimento a execução dos serviços em desconformidade com o descrito na parte II – Cláusulas relativas aos aspetos da execução do contrato.

3. A sanção aplicada será descontada na(s) fatura(s) a liquidar ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.

4. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.

5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Câmara Municipal de Sines decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30 %.

6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 15.ª - Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 16.ª - Resolução do contrato**

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, as partes podem resolver o contrato, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

### **CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

#### **Cláusula 17.ª – Caução**

Em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução.

#### **Cláusula 18.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 19.ª - Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 20.ª - Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 21.ª – Gestor do contrato**

1. Para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos é designado como gestor do contrato:

Nome: Ana Guedes Calado, na qualidade Técnica Superior do Serviço de Gestão de Equipamentos Desportivos da CMS;

Telefone Móvel: 969041395;

E-mail: [acalado@mun-sines.pt](mailto:acalado@mun-sines.pt) ;

2. Caso ocorra circunstância superveniente que imponha a alteração do gestor do contrato a mesma será comunicada ao cocontratante, por correio eletrónico;
3. O cocontratante poderá manifestar-se quanto à designação referida no número anterior, sob a mesma formalidade que a da comunicação da designação, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento da notificação, que será apreciada em igual prazo e devidamente comunicada.

#### **Cláusula 22.ª - Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 23.ª – Legislação aplicável**

1. Em tudo o omissso no presente convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação.
2. As partes obrigam-se a aplicar as disposições legais em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho e a Lei n.º 58/2019, de 08.08, relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), em relação a todos os dados pessoais por cujo tratamento sejam responsáveis.

## **PARTE II – CLÁUSULAS RELATIVAS AOS ASPETOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **Cláusula 24.ª – Especificações Técnicas**

O presente caderno de encargos tem como objeto a aquisição de serviços de vigilância aquática, nadador salvador, para a piscina Municipal de Sines, nas condições abaixo descritas:

#### **I - Assistência a Banhistas–Nadadores Salvadores(NS)**

1. O prestador de serviços deve assegurar a vigilância das piscinas por um nadador salvador, durante a vigência do contrato, no seguinte horário:
  - De segunda a sexta-feira – Das 08:00 Horas às 14:00 horas e das 15:00 horas às 21:00 horas;
  - Sábados das 9:00 horas às 13:00 horas.
2. Nas provas de natação ou outros eventos desportivos aquáticos que tenham lugar nas piscinas municipais, deve ser assegurada a presença de um nadador salvador, durante toda a duração do evento.

3. Cabe ao prestador de serviços efetuar a vigilância, segurança, socorro e salvamento, dos utentes da piscina;
4. O prestador de serviços é responsável por todas as obrigações legais decorrentes da sua atividade, relativamente ao seu pessoal e terceiros;
5. O nadador salvador que prestar o serviço, tem de ser certificado pelo ISN, disponibilizando os cartões de identificação, de acordo com o disposto na Lei nº 68/2014 de 29 de agosto,
6. Em caso de necessidade, o prestador de serviços deverá de imediato substituir o nadador salvador de serviço, de forma a não existir qualquer período de tempo sem vigilância, na piscina municipal.

## **II - Descrição das tarefas do nadador salvador**

- a) Vigiar a forma como decorrem as atividades nas piscinas, observando as instruções técnicas do ISN, em caso de acidente pessoal ocorrido com os utentes;
- b) Auxiliar e advertir os utentes, para as situações de risco ou perigosas, que no meio aquático, constituam risco para a saúde ou integridade física própria ou de terceiros;
- c) Socorrer as pessoas em situações de perigo, de emergência ou de acidente;
- d) Manter, durante todo o horário de serviço, a presença e proximidade necessárias à sua área de vigilância e socorro;
- e) Usar o uniforme, de acordo com os regulamentos em vigor, permitindo por parte dos utentes e autoridades, a sua identificação no exercício da sua atividade;
- f) Colaborar na manutenção dos equipamentos destinados à informação, vigilância e prestação de socorro e salvamento e sua verificação, de acordo com as normas aplicáveis;
- g) Participar às autoridades competentes as situações de socorro, aplicando os primeiros socorros e providenciar, de imediato, a intervenção daquelas

autoridades para a evacuação das vítimas de acidente, que se verifiquem no seu espaço de intervenção;

- h) Participar em ações de treino, simulacros de salvamento aquático e outros exercícios com características similares.

### **III – Deveres do Município de Sines**

- a) Fornecer o equipamento de segurança e salvamento existente e obrigatório, de acordo com a legislação aplicável, assim como assegurar o seu armazenamento;
- b) Colocação de saco de primeiros socorros nos postos de piscinas, assim como o respetivo material;
- c) Implementar todas as indicações de segurança;
- d) Fornecer material de proteção individual ao nadador salvador (máscaras, luvas, desinfetante).